



## **DIAGNÓSTICO DE CONFLITOS SOCIAMBIENTAIS A PARTIR DO MAPEAMENTO DE ATIVIDADES MINERADORAS ATIVAS NO MUNICÍPIO DE ELDORADO, SITUADO NA REGIÃO DO MÉDIO RIBEIRA DE IGUAPE.**

Cintia de Paula Santos Nascimento <sup>1</sup>

### **RESUMO**

Apresenta-se, neste artigo, um trabalho analítico-descritivo com base a sistematização de dados secundários sobre atividades mineradoras ativas na região do Vale do Ribeira, obtendo como recorte para estudo o município de Eldorado/SP, em que teve seu histórico marcado pela atividade mineradora. A escolha da área de estudo para este diagnóstico foi realizada a partir da visualização da forte presença de terras tradicionalmente ocupadas no município em sobreposição a atividades mineradoras e à áreas de Unidades de Conservação o que demonstra a limites fronteiriços possivelmente conflituosos, desta forma, a discussão vem com base ao mapeamento destas conflitualidades que tange ao uso e ocupação solo.

**Palavras-chave:** Conflitos Socioambientais, Mineração, Terras Tradicionalmente Ocupadas, Resistências, Eldorado/SP.

### **ABSTRACT**

This article presents an analytical-descriptive work based on the systematization of data on active mining activities in the region of Vale do Ribeira, obtaining as an outline for the study is the city of Eldorado/SP, where its history was marked by the mining activity. The choice of the study area for this diagnosis was made from the visualization of the strong presence of traditional lands occupied in the municipality in overlap with mining activities and áreas of Units Conservation, which demonstrates possibly conflicting boundaries, thus, the discussion comes based on mapping these conflicts concerning land use and occupation.

**Keywords:** Social and Environmental Conflicts, Mining, Traditionally Occupied Lands, Resistance, Eldorado/SP.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo envolve os primeiros passos de uma investigação mais ampla<sup>2</sup> em que temos como enfoque a realização de um diagnóstico descritivo do avanço da apropriação e controle dos recursos naturais com base na avaliação de políticas públicas sociais e ambientais envolvendo a região do Vale do Ribeira/SP, obtendo como ponto de partida a observação de interesses possivelmente conflitantes ao que tange ao uso do solo,

---

<sup>1</sup> Graduanda no Programa de Mestrado do Curso de Geografia do Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), SP. [cintia.psantos8@gmail.com](mailto:cintia.psantos8@gmail.com)



tendo em vista a identificação de projetos de mineração em territórios de comunidades tradicionais podendo ser observados por meio da realização de mapas envolvendo procedimentos de georreferenciamento da área do município de Eldorado/SP.

O seguinte trabalho, portanto, tem como objetivo levantar informações relevantes que podem apoiar e auxiliar na articulação dos movimentos sociais no campo direcionando às formas de re-existências no território ao enfrentamento às políticas e projetos que vão à contracorrente da manutenção do uso comum das terras tradicionalmente ocupadas que podem vir a atingir o modo de vida da população local e uma possível reorganização do território associadas ao avanço da lógica da propriedade privada.

Situado na região sul do Estado de São Paulo, a região do Vale do Ribeira destaca-se pela maior concentração de Mata Atlântica contínua no Brasil sendo clara a importância dos movimentos pela conservação ambiental. A área em destaque para o seguinte estudo está inserida dentro do contexto do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC), criado através da lei 12.810, de fevereiro de 2008 em que é subdividida em três parques estaduais referente à UCs de uso integral que são: o Parque Estadual da Caverna do Diabo, Rio Turvo e Lagamar de Cananeia. Assim como, há as Ucs de uso sustentável em que destaca-se: cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) – Barreiro/Anhemas, Quilombo da Barra do Turvo, Lavras, Pinheirinhos e Itapanhapima; há quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA) – Quilombo do Médio Ribeira, Cajati, Planalto do Turvo e Rio Pardinho e Rio Vermelho; Duas Reservas Extrativistas (RESEX) – Taquari e Ilha do Tumba (SIGAM/SIMA).

Portanto, pretendemos, aqui, discutir a importância dos movimentos sociais das comunidades locais e às denominadas terras tradicionalmente ocupadas que caracterizam as múltiplas identidades que constituem o território do Vale do Ribeira onde há destaque a presença de comunidades tradicionais remanescentes de quilombos, populações de pequenos agricultores migrantes (camponeses/ribeirinhos), caipiras-caboclos, caiçaras e grupos indígenas (BIM, 2012. p.43) que mantem o estabelecimento de uma cultura e resistência ao modo de vida imposto pelo avanço do capital.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**



Enquanto que há uma riqueza ambiental, a região do Vale do Ribeira enfrenta diversos conflitos à sua preservação, de um lado há o conflito enfrentado através dos indicadores econômicos negativos em que fazem com que houvessem tentativas históricas de inserção da região dentro da dinâmica econômica nacional através da utilização da cobertura florestal como insumo para as indústrias de siderurgia paulista e fluminense (DEAN, 1995; SHALDERS et alli, 1995 p.9) resultando uma diminuição parcial de fragmentos da Mata Atlântica associada à violência social e ambiental (DEAN, 1995 apud. JERONYMO, 2007, p.42).

“As regiões que cortam lenha para combustível ou cavaejamento tetemunham a violência social e ambiental. Serve como exemplo a região do Vale do Ribeira/SP, o vale do Jequitinhonha/MG, Mato Grosso, Roraima, Tocantins, Maranhão e Pará” (SEVÁ e BERMANN 1996).

A ausência/poucas ações quanto ao investimento por muitos autores é vista como uma das causadoras oficiais dos problemas que envolvem questões relativas ao desenvolvimento econômico regional dentro do contexto do Vale do Ribeira. No entanto, ao longo da história urge a corrida pela exploração do território sob implantação de grandes projetos de infra-estrutura principalmente às atividade mineradoras e aos aproveitamentos hidrelétricos (SOUSA, 2011, p.166) em torno da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape está inserida na UGRHI-11 (Unidade de Gerenciamento dos Recursos Hídricos) e compreende a áreas dos Estados de São Paulo e Paraná, sua região é composta por 23 municípios que são divididos em Alto Vale (Ribeira, Itapirapuã Paulista, Barra do Chapéu, Apiaí, Itaóca, Iporanga), Médio Vale (Barra do Turvo, Cajati, Jacupiranga, Eldorado, Registro, Sete Barras, Pariquera-Açu, Juquiá, Miracatu, Itarirí e Pedro de Toledo), Complexo Estuarino-Lagunar (Iguape, Ilha Comprida, Cananeia) e do Alto Juquiá/São Lourenço (São Lourenço da Serra, Jucitiba e Tapiraí). (PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA, 2016, p.14).

O histórico de formação territorial de ocupação ocorreu seguindo às águas do rio que se tornou caminho para a exploração da região, a descoberta do ouro de aluvião é um dos elementos que orientou o fluxo e orientação dos povoados para o interior (BERNINI, 2019). Tal aspecto conforme observa Almeida (2008) é o que marca o contexto de formação das comunidades do Vale, em destaque a formação dos bairros negros que se relaciona á retração da mineração e da agricultura comercial na região do Ribeira.



Atualmente, o território é composto por cerca de 30 comunidades quilombolas. Cinco delas já conseguiram obter a titulação de suas terras que são: Ivaporanduva, São Pedro, Pedro Cubas e Maria Rosa” (CPISP, 2006). De acordo com Sousa (2011,p.166) conflito dentro do contexto da questão quilombola na região intensificou-se dentro do contexto da inserção das grandes obras de aproveitamento hidrelético e mineradores o que trouxe a tona a necessidade de organização popular das comunidades em destaque a criação do Movimento dos Ameaçados por Barragens – MOAB fundado em 21 de abril de 1991 com o objetivo de organizar a resistência contra a construção das barragens do Ribeira de Iguape, nos estados de São Paulo e Paraná (SPISP, 2006)

A essa luta se juntaram outras tantas organizações sociais que atuam na região e que se opõe a esse modelo de desenvolvimento socialmente excludente e ambientalmente sustentável. Assim a igreja católica, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e organizações não governamentais se associaram ao MOAB para se opor à construção de barragens” (ISA, 2006. apud.JERONYMO p.54)

De acordo com Leite et.al (2008) o discurso embassado na perspectiva de “atraso” é algo reproduzido no imaginário em que segundo Petrone (1966) descreve a defesa de uma “inserção” do Vale do Ribeira à medidas de territorialização através da perspectiva de um “progresso” com geração de novas políticas. No entanto, é a partir desta lógica que urge a atenção da atuação do Estado dentro dos incentivos que esconde um processo violento, de uma disputa por fundos públicos, dentro desta discussão, portanto, vemos que o mesmo Estado, que gera estímulo à permanência dos posseiros com geração de crédito é, também por outra perspectiva o mesmo que colabora com o processo de usurpação das terras, financiando grandes projetos de irrigação, mineração, agropecuários e energéticos (LEITE et.al 2008 p.235).

Assim podemos associar que, a terra, enquanto território interessa a diferentes grupos, empresariais e da sociedade civil organizada, como ponte de acesso ao dinheiro e crédito mediado pelo Estado. Desta forma, vemos as novas e velhas problemáticas do planjemaneto regional em torno de um mesmo objetivo que é a modernização, que direciona a modelos que pode gerar consequencias diretas sobre os sistemas de produção de base familiar e que podemos observar a conflitualidade socioterritorial a partir de fatores antagônicos em que, de um lado há atores locais que organizam a preservação de um aglomerado de tradições, formas de relacionamento com o território com o uso



sustentável do meio (MAIRINQUE, 2018) enquanto que, no lado oposto há extensas áreas destinadas à grandes corporações que se associam à incorporação de áreas e extração de recursos.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para a elaboração do seguinte diagnóstico, obtemos como ponto de partida a realização de mitigação de informações obtidas através do banco de dados encontrados no Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE) em conjunto à dados do acervo fundiário do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) sobre projetos de assentamentos e áreas quilombolas tendo como enfoque à região do Vale do Ribeira.

Após a sistematização dos dados obtidos, foi realizado o mapeamento das informações coletadas em que permitiu averiguar e selecionar a área de estudo em que foi possível identificar uma possível existência de usos conflitantes ao que tange ao uso e ocupação do solo por atividades mineradoras próximo à áreas protegidas e à terras tradicionalmente ocupadas.

Desta forma, buscou-se através de revisões bibliográficas discutir o cenário de exclusão do impacto das práticas neoliberais e políticas de (des)envolvimento em que vem a agravar os conflitos socioambientais no campo por terra e àgua (MENDONÇA,2015).

Ao que tange à discussão das denominadas terras tradicionalmente ocupadas foram adotadas conforme aos estudos de Almeida (2004) em que destaca a importancia do processo de institucionalização da terminologia, destacando que o termo “tradicional” não se reduz a história e incorpora a identidades coletivas definidas por unidades de mobilização.

Dentre ao processo de institucionalização, podemos destacar a Lei n.9.985, de 18 de Julho de 2020, regulamenta o Art.225 da Constituição Federal e Institui o Sistema Nacional de Unidades da Conservação da Natureza, em que menciona as denominadas “populações tradicionais” (Art.17) e traz a relação entre elas e as unidades de conservação (áreas de proteção ambiental, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de desenvolvimento sustentável).

Em 1992, há um marco importante dentre a mobilização das comunidades que foi a criação do Centro Nacional de Populações Tradicionais (ALMEIDA, 2004) instituída



sob âmbito da Portaria/Ibama n.22. No entanto, vale destacar que o fato de houver estes avanços legais não significa, portanto uma resolução dos conflitos e tensões em que perduram até dias atuais.

Para além dos movimentos sociais e socioterritoriais, damos destaque, às formas de (re)existências das comunidades frente ao avanço do capital e suas articulações. De acordo com Benzaquen (2014) em que propõe em se pensar a terminologia de (re)existências como meio que possibilite adotar a pluralidade dos participantes sob uma nova lógica que propõe o questionamento dos fundamentos que estruturam a modernidade ocidental. Segundo Quijano (2002), há uma continuidade entre o tempo e os espaços coloniais e o tempo e espaços pós-coloniais, sendo assim, o processo de descolonizar propõe em se colocar sob diferentes formas de dominação que existiram e existem e que nos impõe a uma nova lógica de pensar (BENZAQUEN,2014).

Desta forma, vemos a importância em se olhar ao território e poder, Haesbart (2013) aborda o território como uma concepção central aos estudos geográficos em que perpassam pelos diferentes desdobramentos (a territorialidade, a territorialização, a desterritorialização e a multiterritorialização). Assim, deve ser entendido pela combinação entre a vida cotidiana, os recursos e as relações de poder econômico (dimensão funcional ou material), e a afetividade, formas de reprodução e construção de determinada cultura (dimensão simbólica ou imaterial). (RAFFESTIN, 1993).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Diante a sistematização dos dados obtidos durante a pesquisa, com enfoque ao Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE) de 2020, foi possível observar através do mapa da **Figura 1** a presença de exploração do uso do território através de práticas neoliberais de mineração na região do Vale do Ribeira, em destaque ao município de Eldorado/SP.

Através do mapeamento podemos tornar a atenção que tais dinâmicas vem se apropriando de grandes áreas em sobreposição as terras tradicionalmente ocupadas de Comunidades Quilombolas e às áreas de Unidades de Conservação, desta forma, apresentando como um dos desafios para a preservação e conservação ambiental assim como à seguridade das comunidades locais visto que, tais atividades podem promover impactos os quais devem ser mitigados.



Conforme a sistematização dos dados obtidos através do INCRA<sup>3</sup> foi possível localizar a presença de cinco comunidades quilombolas no município de Eldorado/SP, as quais podemos observar no mapa da **Figura 2**, as quais são: Galvão, Ivaporanduva, Pedro Cubas (Glebas “A” e “B”), Pedro Cubas (Gleba “D”), Pedro Cubas de Cima, Porto dos Pilões e São Pedro.

De acordo com a produção mineral no Estado de São Paulo, Sanches e Mechi (2010) descreve que devido a demandas voltadas ao crescimento urbano e industrial, tem sido um dos fatores à nucleação de mineração em zonas específicas, promovendo polos produtores regionais com adensamento de áreas impactadas pela extração mineral tais como Região Metropolitana de São Paulo, o cinturão Sorocaba-Itu-Campinas, o Vale do Paraíba, o Vale do Ribeira e municípios adjacentes de Itapeva, Apiaí e Capão Bonito.

Segundo Bernardino et.al (2004) há passivos ambientais associados à mineração com populações localizadas no Alto Vale do Ribeira que, ainda convivem com fontes de contaminação ambiental decorrente do chumbo e arsênio, identifica também que processos de lixiviação levaram contaminantes aos sedimentos dos rios e região, destinando ao Rio Ribeira de Iguape. De acordo com dados do Observatório de Conflictos Mineros da América Latina (OCMAL), que fornece o mapeamento dos impactos e conflitos da mineração na América Latina, vemos que o Brasil apresenta-se entre os países com o maior número de conflitos envolvendo empreendimentos minerais.

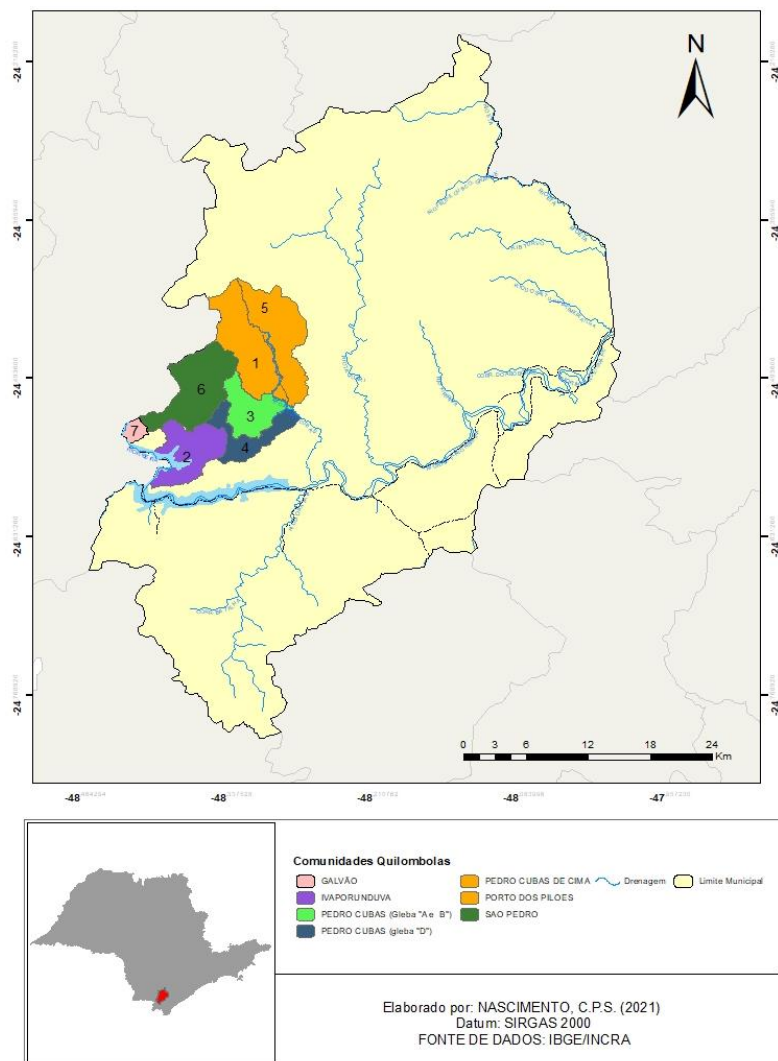
---

<sup>3</sup> Dados obtidos no manual de certificação do INCRA, Disponível em: <  
[https://certificacao.incra.gov.br/csv\\_shp/export\\_shp.py](https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py)> Acesso em: 10/07/2021



**Figura 2- Distribuição das Comunidades Tradicionais Quilombolas no  
Município de Eldorado/SP**

Comunidades Quilombolas localizadas no Município de Eldorado/SP



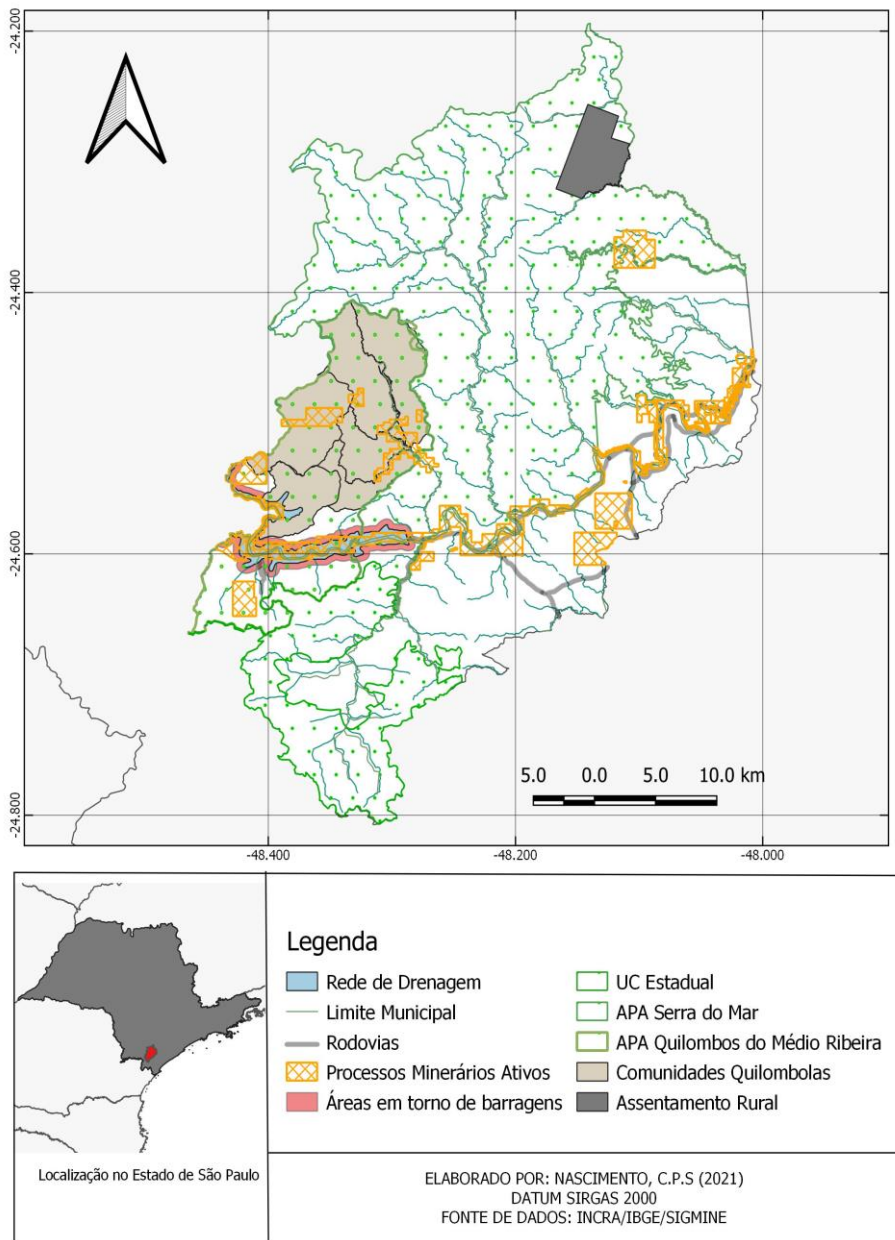
Fonte: A autora, 2021.





**Figura 1 – Mapeamento das Áreas de Mineração em relação à Unidades de Conservação de Áreas de Preservação Ambiental no Município de Eldorado/SP**

Áreas de Mineração em relação à Unidades de Conservação e Áreas de Proteção Ambiental no município de Eldorado-SP.



Fonte: A autora, 2021.



Conforme exposto, a **Figura 1** caracteriza o perfil da indústria mineral no território paulista, visando em atender principalmente á setores cerâmicos, siderúrgicos, cimenteiro e à construção civil.

**Figura 1 – Produção Mineral Produzida no Estado de São Paulo (2005)**

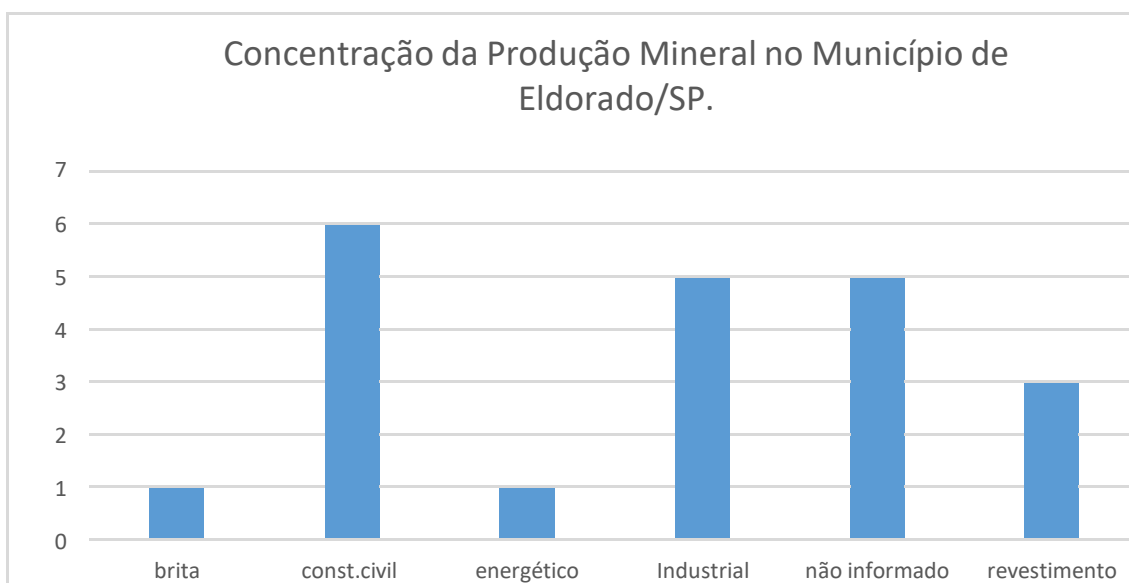
Substância mineral	Valor anual R\$ x 103	%	Quantidade t x 10 <sup>3</sup>
Areia	846.293,0	40,81	75.420,4
Rocha britada	548.317,4	26,44	49.286,9
Água mineral	262.593,8	12,66	2.108,0
Calcário	151.542,4	7,31	9.755,4
Areia industrial	105.821,8	5,10	3.604,3
Fosfato	71.252,8	3,44	200,5
Caulim	21.965,6	1,06	139,4
Argilas comuns	15.946,1	0,77	4.661,5
Filito	12.251,3	0,59	243,7
Feldspato	6.534,6	0,32	33,6
Argilas plásticas	6.506,7	0,31	125,8
Bentonita e argilas descorantes	6.394,7	0,31	45,2
Dolomito	5.900,0	0,28	198,5
Rocha ornamental	5.686,5	0,27	269,1
Bauxita metalúrgica	1.851,2	0,09	131,8
Talco	1.515,6	0,07	56,3
Quartzito industrial	834,4	0,04	21,9
Argilas refratárias	761,6	0,04	65,5
Bauxita refratária	574,3	0,03	18,8
Ferro	572,9	0,03	74,7
Turfa	527,4	0,03	9,4
Cobre	14,5	0,01	0,183
Manganês	11,6	-	0,118
Calcita	4,7	-	0,686
Total	2.073.807,4	100,00	146.472,7

Fonte: Cabral Junior et. al (2008)



Enquanto que, diante do estudo realizado no Município de Eldorado/SP e a partir do agrupamento dos dados coletados conforme apresentado no **Gráfico 1**, vemos que a produção e uso do solo por atividades mineradoras está quantitativamente destacada à produção para a construção civil em segundo à produção voltada ao setor industrial que, do mesmo modo há setores concentrados que não informaram a destinação da produção.

**Gráfico 1 – Concentração da Produção Mineral no Município de Eldorado/SP.**

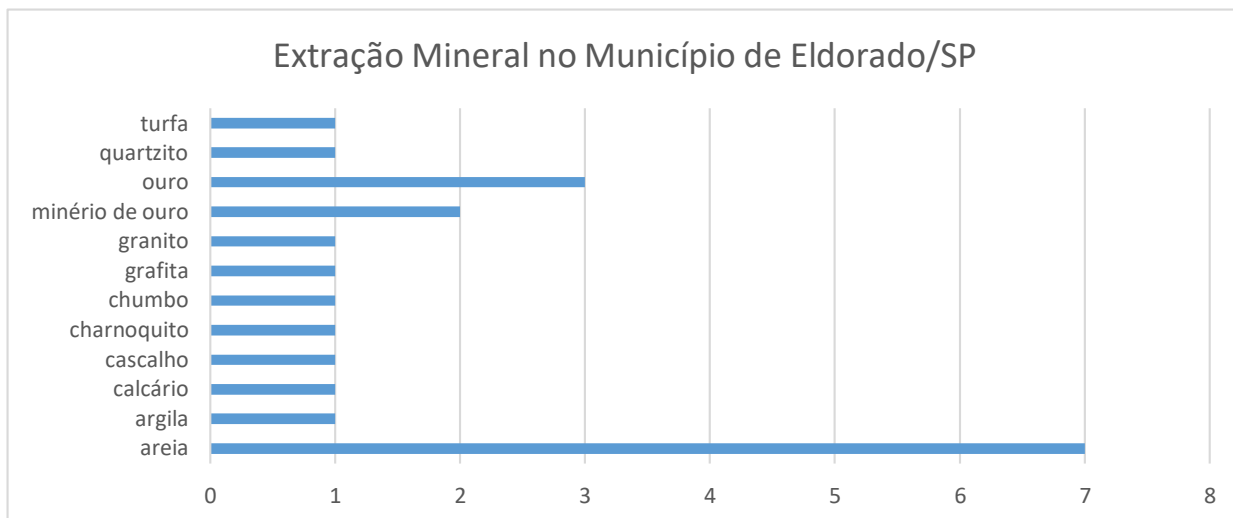


Fonte: A autora, 2021

Diante dessa análise, podemos observar a partir do **Gráfico 2** que a exploração do ouro ainda é uma atividade crescente na região desde o período da colonização neste ínterim vemos a forte concentração de extração de areia, em que diante o mapeamento concentra-se em grandes extensões do Rio Ribeira de Iguape.



**Gráfico 2 – Extração Mineral do Município de Eldorado/SP**



Fonte: A autora, 2021

Dessa forma, o seguinte mapeamento evidencia a dinâmica impostas sob a perspectiva o des-envolvimento de regiões em que vivemos o paradoxo do complexo de poder minero-estatal do agronegócio e da mineração avançar sob os territórios em extensão (GONÇALVES, 2004).

Em avaliação à perspectivas atuais na região, vemos o projeto ‘Vale do Futuro’<sup>4 2</sup> propõe ações para o desenvolvimento da região com apoio à créditos e a realização de um ‘Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira’ contendo propostas de modelos para a exploração de recursos de forma ‘sustentável’, no entanto, podemos observar que as atividades mineradoras são contempladas dentro de um ‘Plano de Desenvolvimento da Mineração Sustentável’.

No entanto, em avaliação ao plano nos urge o questionamento de que ‘sustentabilidade’ está sendo construída e qual plano de ‘desenvolvimento’ está sendo proposto, vemos que os recursos naturais, dentro do modelo capitalista de reprodução, nunca ficaram de fora do processo de mercantilização, seja por sua potencialidade de fornecimento de matéria, seja por sua potencialidade de fornecimento de matéria bruta ou potencial energético ou ainda como substrato territorial.

<sup>4</sup> Projeto ‘Vale do Futuro’, Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/valedofuturo/>>. Acesso em 10/07/2021.



Neste sentido, observa-se a ação direta do Estado-Mercado na reprodução capitalista com promoção de políticas de desenvolvimento regional que não correntes da expropriação de grandes áreas (KLUK, 2020). Whitacker (2013) as agências de fomento internacional utilizam a proposta de desenvolvimento sustentável vinculada a políticas que enquadram a natureza normas e leis, desde a lógica expansionista, visando assegurar o provento contínuo de matérias primas para seu processo produtivo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos dados obtidos, foi possível identificar a presença de formas de uso conflitantes no município de Eldorado/SP o qual será possível constatar a partir do diálogo com lideranças e associações das comunidades tradicionais locais. No entanto, no primeiro passo de análise vemos que a expropriação do solo pela mineração vem sendo um processo crescente desde a colonização até a implantação de empresas maiores em 1969 até os dias atuais. Entre as empresas mineradoras da região, aqui destacamos a maior atuação da Votorantim e em segundo a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).

A realização de um trabalho analítico descritivo através do mapeamento de dados secundários possibilitam a visualização das informações em relação ao território sendo possível ser base para levantamentos preliminares da possível configuração do uso e ocupação vigente o que nos leva a prosseguir ao segundo passo deste trabalho, que envolverá a constatação por diferenciação entre os dados secundários obtidos e ao que é possível visualizar a partir da vivência das comunidades tradicionais localizadas no município em estudo.

Neste sentido, este trabalho evidencia para além de um desafio a ser enfrentado na conservação da região do Vale do Ribeira assim como um dos desafios para a se pensar nas conflitualidades em relação ao avanço exploratório da mineração do contexto do Sul Global.

E o quanto o crescimento deste processo vem a trazer consequências nas formas de organização e articulação dentre as comunidades para a preservação da cultura local que sempre obtiveram contato direto com o meio natural, extraindo de forma não predatória os meios para a subsistência acumulando, por várias gerações conhecimentos tradicionais e sobre o ecossistema da região.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2 ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, A.W.B, **Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de Territorialização e movimentos Sociais.** R.B Estudos Urbano e Regionais. v.6. n.1/Maio 2004.

BERNINI, C.I. **A região do Vale do Ribeira e as Políticas sociais e ambientais: (des)encontro com as práticas de uso comum.** Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Três Lagoas-MS, nº29 – ano 15, Maio de 2019.

BENZAQUEN, J.F. **Reflexões a respeito da ideia de ( r ) existências do sul.** Est. Soc. [online]. 2014, vol. 2, n. 20

BERNARDINO, F. R. et al. **Exposição humana à contaminação por chumbo e arsênio no Vale do Ribeira.** In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2, maio 2004, Campinas.

BIM, O.J.B. **Mosaico do Jacupiranga – Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

DEAN, W. **O imperativo do desenvolvimento.** In: A ferro e fogo: A história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo, 1995.

DUARTE, M.G. **Conflitos fundiários e meio ambiente: estudo de caso do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, Vale do ribeira – SP.** Universidade de São Paulo. 2012.

GONÇALVES, C.W.P. **De Envolvimento, Meio Ambiente e Interesse Público.** 2004.

Disponível em: < <http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Artigo-De-Envolvimento-Meio-Ambiente-e-Interesse-P%C3%BAblico.-Prof.Carlos-Walter-Porto-Goncalves-2015.pdf>> Acesso em:

05/07/2021.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JERONYMO, A.C.J. **Deslocamento de populações ribeirinhas e passivos sociais e econômicos decorrentes de projeto de aproveitamento hidrelétrico: A usina hidroelétrica de Tijuco Alto/SP-PR.** Dissertação (Mestrado). Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

KLUK, E.G.J. **Posseiros no médio São Francisco: Planejamento estatal e mobilidade do trabalho.** Rev.NERA, Presidente Prudente, v.22.2019

MAIRINQUE, A. **(NEO)EXTRATIVISMO E DESPOJO NO SUL GLOBAL: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS. INTRODUÇÃO.** Rev. NERA – Ano 18, n.28. Dôssie 2015.

PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL – UGRH-11. Disponível em:< <http://comiterb.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Plano-de-Bacia-CBH-RB-Relatorio-I.pdf>>

QUIJANO, Aníbal. 2002. **Coloniality of power, Eurocentrism and Latin America.** *Neplanta: Views from South*, Duke, v.1, n. 3, p. 533-580.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder.* Ática, São Paulo, 1993.

SEVÁ, O.; BERMANN, C. **Energia para o desenvolvimento...enfim social.** In. Anais do VII Congresso Brasileiro de Energia – II Seminário Latino Americano de Energia. Rio de Janeiro, vol.2,1996.

WHITACKER, G.M. Território e poder: apropriação, uso e controle dos recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales.* [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de octubre de 2015, Vol. XX, nº 1.135. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1135.pdf>>. [ISSN 1138-9796].